



Relatório - Missão de Interesse do CAU/BR

1. LOCAL E DATA:

DATA:	10 E 11 DE SETEMBRO DE 2018
EVENTO	SEMINÁRIO INTERNACIONAL “GESTÃO INOVADORA DE BAIROS HISTÓRICOS – FÁBRICA DE RESTAURO”
LOCAL:	FACULDADE MACKENZIE – SÃO PAULO -SP
NOME	CONS. SUP. MÁRCIA GUERRANTE TAVARES

2. REPRESENTAÇÃO:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo –CAU BR

3. ESCOPO/HISTÓRICO:

Seminário Internacional “Gestão Inovadora de Bairros Históricos – Fábrica de Restauro”, uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, em parceria com o CAU/SP e o programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismos da FAU-Mackenzie, com apoio do IAB/SP e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do MEC)

4. PRINCIPAIS PARTICIPANTES:

- Alan Lipietz, do Centre Pour la Recherche Économique et ses Applications – Centro para a Pesquisa Econômica e suas Aplicações (CEPREMAP);
- Henry Russell, da Reading University e Heritage Alliance;
- Edésio Fernandes, do Bartlett Development Planning Unit – Unidade de Planejamento e Desenvolvimento de Bartlett (DPU), da University College London (UCL);
- Nivaldo Andrade, presidente do IAB/DN;
- Leonardo Castriota, do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Michael Bal, da Reading University;
- Kate Dickson, do Heritage Trust Network – Rede de Financiamento do Patrimônio;
- Gina Paladino, consultora em desenvolvimento local e regional e economia criativa, do Paraná
- Silvio Oksman, da Escola da Cidade;
- Vanessa Bello, da FAU/USP;
- Barbara Lipietz, do Bartlett Development Planning Unit;
- Carlos Leite, da Universidade Mackenzie;
- Nadia Somekh, conselheira federal do CAU/BR por São Paulo e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
- Cláudia Pires, do IAB/MG e
- Sérgio Millete, produtor cultural e social.

A CPUA Br esteve presente no seminário com todos os seus membros.

5. OBJETIVOS:

A Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU-BR (CPUA) está comprometida com o patrimônio urbano e ambiental em todas as suas questões e este seminário trouxe importantes temas para aprofundamento, assim como subsídios para discussões e ações referentes à gestão e preservação de nosso patrimônio. Nos colocou ainda em contato com diferentes realidades e contextos, possibilitando o outras práticas e visões de gestão do patrimônio. Vale aqui destacar o enfoque dado à importância de se ter



em conta, em qualquer ação relacionada ao patrimônio, a relação que as comunidades locais e a população em geral estabelecem com os documentos de sua história, as experiências internacionais e nacionais vieram reforçar este entendimento.

6. PROGRAMAÇÃO:

Temas em debate: Fortalecimento territorial, institucional e gestão;

Financiamento e sustentabilidade do patrimônio e

Desenvolvimento local solidário e fábrica de restauro.

Aconteceram ainda oficinas relacionadas ao tema. Fiz a opção por participar da Oficina *Fábrica de restauro* onde as discussões e trocas de experiências foram riquíssimas.

7. RELATO:

As experiências relatadas por colegas foram de suma importância para a compreensão de que a preservação do patrimônio não pode ser feita sem as pessoas que estão ligadas a ele, direta ou indiretamente. Colocando os habitantes, a comunidade, no centro das questões de preservação, o enfoque deixa de ser apenas material, ligado ao lucro ou à ‘cidade mercadoria’ e passa a se centrar também em valores imateriais ligados à qualidade de vida nas cidades, memória e identidade.

Da mesma forma, a questão do financiamento e sustentabilidade do patrimônio, problema de grande relevância a ser enfrentado, foi debatida de maneira muito positiva.

Foi muito destacada a importância do bem se manter ‘vivo’, em uso pela população de maneira que possa acolher, quando possível, novos usos e funções sem desprezar suas características arquitetônicas e vocação.

Alan Lipietz ao tratar do tema exílio e renovação urbana citou o ‘higienismo social’ como incitador de conflitos e sugere algumas formas de renovar sem excluir: associar-se com os residentes, pensar nos espaços da comunidade, aumentar espaços verdes, paisagens, florestas e outros e pensar na sobrevivência da comunidade.

Já Henry Russell falou de resgate, reparações e mudanças e da necessidade de “se unir para ser ouvido”, cobrar do governo a adoção de políticas públicas eficientes do patrimônio. Afirmou que é necessário que se desenvolva um trabalho *à priori*, antes mesmo do governo desenvolver suas sugestões.

Ressalta que é preciso avançar vencendo pequenas batalhas e coloca a importância da criação de uma ‘Aliança do patrimônio’, formando uma grande rede de informação, trocas e ações.

A aliança de que fala Russel foi tratada em outras palestras e foi uma ideia discutida durante todo o seminário.

Edésio Fernandes falou sobre a inserção das questões do patrimônio nas questões urbanas mais amplas, buscando a construção de uma política pública do patrimônio eficiente onde sejam abordadas com clareza também as implicações jurídicas de proteção, de como se dará a divisão de direitos e deveres dos agentes envolvidos.

Michael Bal falou da constante transformação da cidade e da necessidade de articulação entre sistemas e de se pensar a regeneração urbana.

Barbara Lipietz, ao tratar das transformações da cidade, lembrou que não se trata apenas da perda de edifícios, mas sim da perda das relações sociais facilitada pelos mesmos. Discorreu ainda sobre a conexão emocional com ‘lugares insubstituíveis’ e da importância de se refletir o passado para construir o futuro, incluindo esses lugares no núcleo do planejamento urbano, lembrando que planejamento não acontece em um espaço em branco.

Carlos Leite falou da recuperação do patrimônio com promoção de inclusão social, inclusive de habitação social e da importância das políticas públicas consorciadas e dos Projetos de intervenção urbana



elaborados a partir de associação entre universidades, associações não governamentais, comunidades locais, formalizando um ‘chamamento’ do executivo, construindo formalmente um processo de ação do executivo com a sociedade, uma construção feita pelos vários atores pensando juntos o que poderia ser feito, desenvolvendo e testando novos caminhos e tecnologias

Destacou a capacidade de auto regeneração dos locais ameaçados de destruição e da importância de se reconhecer o valor de existência do espaço – identidade, memória e relação afetiva – além do valor financeiro. Segundo ele, o Estado precisa estar presente, em um processo participativo junto à comunidade na captura de valorização do território para alavancar o valor local do território, investindo na qualificação das pessoas, com a inclusão social trazendo transformações positivas.

Liepietz afirma que estamos muito focados no espaço construído quando devíamos falar também do espaço não construído, segundo ela “tornar visível o que habitualmente está invisível nos planos” e listar ativos como valor comunitário.

Cláudia Pires falou da necessidade de se pensar em como agir com ativos de valor comunitário, valor de uso e valor de troca, em prol dos movimentos comunitários instalados nas cidades. Trabalhar valor de uso socializado transformando valor de território em ativo financeiro para financiar o bem ou a área histórica sem criar um processo de gentrificação ou exclusão de qualquer forma, respeitando as comunidades locais. Segundo ela, é preciso sensibilizar os técnicos para as falas da comunidade e juntamente com ela, encontrar caminhos. Propõe trabalhar a recuperação dos sítios de valor comunitário a partir das associações de bairro, da educação de jovens e adultos e de financiamento a partir da economia criativa e solidária.

8. CONCLUSÃO:

É de suma importância para o Conselho a promoção e participação de seminários dessa natureza. A visão se amplia e novos caminhos podem ser vislumbrados.

A ideia da formação de uma ‘aliança do Patrimônio’ foi um dos frutos positivos desse seminário – unir para se fortalecer e achar caminhos. Segundo entendimento comum em uma das oficinas realizadas, a proposta da criação desta rede deveria começar com a identificação de ‘quem faz’, ‘como faz’, ‘qual a demanda’ e no investimento na formação da rede de contatos.

Outras discussões importantes ocorreram durante as mesas, nas oficinas e nos ‘corredores’ do seminário que certamente trouxeram para todos os presentes grandes contribuições. Vale destaque ainda a organização do seminário que foi primorosa.

Goiânia, 12 de outubro de 2018.

Nome Márcia Guerrante Tavares

Cargo Conselheira Federal suplente pelo Estado de Goiás.